

## **ANEXO 17**

### **CADERNO DE PENALIDADES**

**CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DOS COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS CONSTITUÍDOS PELOS AEROPORTOS INTEGRANTES DO BLOCO NOROESTE E BLOCO SUDESTE.**

## SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES INICIAIS.....	3
2. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	3
3. ADVERTÊNCIA.....	6
4. PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA.....	6
5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ....	10
6. TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES.....	12
Tabela A – Infrações Gerais.....	12
Tabela B – Infrações Relacionadas a Obras e Investimentos .....	18

## 1. INFORMAÇÕES INICIAIS

- 1.1. A aplicação das penalidades pela ARTESP seguirá o regramento estabelecido no CONTRATO, os procedimentos e valores apresentados neste ANEXO, o EDITAL e os demais ANEXOS, além da legislação aplicável.
- 1.2. O presente ANEXO, em complemento ao CONTRATO, objetiva definir as condutas infratoras, as respectivas penalidades e os valores de multas a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita nos termos definidos no EDITAL e no CONTRATO, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanção pelo descumprimento de outras obrigações previstas no CONTRATO ou no EDITAL, conforme autoriza a Cláusula Trigésima Oitava do CONTRATO, bem como na legislação e na regulação pertinente.
- 1.3. As regras previstas neste ANEXO e no CONTRATO não afastam aquelas que venham a ser aplicadas pela ANAC e demais órgãos reguladores e fiscalizadores, dentro dos respectivos âmbitos de competência, regulamentadas nos termos da legislação em vigor.

## 2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. A apuração das infrações, bem como a aplicação das penalidades e/ou de quaisquer outras medidas restritivas de direitos previstas no CONTRATO, ressalvada a imposição de medidas acautelatórias pela ARTESP, serão precedidas da instauração de processo administrativo sancionatório, regido pela Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998 ("Lei Estadual nº 10.177/1998"), bem como seguirão o regramento estabelecido no CONTRATO e respectivos ANEXOS, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei.
  - 2.1.1. Aplica-se aos procedimentos relativos à instrução dos processos administrativos sancionatórios as normas expedidas pela ARTESP sobre a matéria.
  - 2.1.2. O processo de aplicação das penalidades terá início com a expedição da notificação pela ARTESP à CONCESSIONÁRIA, devidamente instruída, quando for o caso, com cópia do TERMO DE FISCALIZAÇÃO previsto na Cláusula 38.12 do CONTRATO, do qual deverá constar a descrição da irregularidade, assinalando-se prazo para apresentação de defesa prévia, nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998 e da regulação emitida pela ARTESP.
  - 2.1.3. É possível o processamento de infrações de idêntica tipificação em um mesmo processo administrativo sancionatório, ainda que relativos a AEROPORTOS diferentes, caso em que a eventual aplicação de penalidade considerará a soma do número de infrações cometidas.

- (i) Na hipótese de cumulação de infrações com idêntica tipificação em um

mesmo processo administrativo sancionatório, a verificação das circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO, caso alegadas em defesa prévia por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada separadamente por AEROPORTO; e

- (ii) Constada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a ARTESP poderá aplicar penalidades separadamente

2.2. Afastam a aplicação das penalidades previstas no EDITAL e no CONTRATO, a ocorrência de força maior, caso fortuito e de inexigibilidade de conduta diversa, dentre outras causas excludentes de antijuridicidade e de culpabilidade previstas no CONTRATO, na legislação e na regulamentação pertinente, desde que devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo, bem como que o evento alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.

2.3. Para os fins previstos no item 2.2, sem prejuízo das disposições que constam no CONTRATO, considera-se:

- (i) FORÇA MAIOR e CASO FORTUITO: os eventos assim definidos na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO; e
- (ii) INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo, nos termos do item 2.2 acima.

2.4. Havendo reincidência de baixo desempenho em relação ao mesmo IQS, por período superior a 3 (três) meses, consecutivos ou não, em um período de 12 (doze) meses, conforme apontado nos relatórios mensais para aferição do IQS, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à penalidade correspondente prevista neste ANEXO.

2.5. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste ANEXO, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.

2.6. Nas hipóteses em que as infrações já estejam expressamente descritas e tipificadas nas tabelas apresentadas abaixo, os níveis e grupos das penalidades respectivas já foram fixados de forma a

guardar proporcionalidade à correlata infração.

- 2.7. Concomitantemente ao processo administrativo sancionatório para a aplicação das penalidades previstas na Tabela de Classificação de Infrações, nos casos em que os efeitos do descumprimento perdurem no tempo, a ARTESP, a seu critério, poderá conceder período adicional para a correção das irregularidades verificadas pela fiscalização, nos termos da Cláusula 38.7 do CONTRATO, que seja tecnicamente compatível para a realização da obra ou serviço não executado.

2.7.1. A não correção da irregularidade dentro do período adicional concedido à CONCESSIONÁRIA poderá resultar na instauração de novo processo administrativo sancionatório pela ARTESP, bem como será avaliada a pertinência da instauração de processo de caducidade, nos termos do CONTRATO, caso esse já não esteja em curso.

- 2.8. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO e seu cumprimento não prejudicam a aplicação de outras sanções previstas no EDITAL, no CONTRATO, na legislação e na regulação pertinente, aos quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.

- 2.9. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver, instalar e manter, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, sistema digital via web específico para gerenciamento das informações, dados e documentos relacionados às penalidades aplicadas pela ARTESP e respectivos procedimentos ou processos administrativos instaurados.

2.9.1. A CONCESSIONÁRIA poderá fornecer acesso aos FINANCIADORES, mediante solicitação, acesso ao sistema de que trata o item 2.9 acima.

- 2.10. No caso de aplicação de multa, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento no prazo mínimo de 10 dias úteis contados da data em que notificada a respeito da prolação de decisão administrativa definitiva, se outro prazo não for definido, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório no mesmo prazo. A não apresentação do comprovante de pagamento acarretará a formalização da expectativa de sinistro e da reclamação de sinistro em face da seguradora, sem que outras providências sejam necessárias, bem como poderá ensejar o desconto de valores da CONTA CENTRALIZADORA.

- 2.11. O não pagamento de multa eventualmente aplicada à CONCESSIONÁRIA, no prazo estipulado neste CONTRATO, importará na incidência automática de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e na correspondente correção monetária pelo IPCA/IBGE, *pro rata die*, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação. As penalidades pecuniárias eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA deverão ser recolhidas na forma da regulamentação vigente, sem prejuízo da inscrição do débito inadimplido no CADIN

estadual e na Dívida Ativa.

2.12.A CONCESSIONÁRIA tem plena ciência de que a ARTESP poderá levar ao conhecimento da respectiva seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório, no intuito de assegurar seu eventual direito à indenização, respeitadas as normas previstas na Lei Estadual nº 10.177/1998.

2.13.Salvo disposição específica, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

2.14.Será considerado “mês”, para os fins deste ANEXO, o período de tempo contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte, na forma prevista na Lei Federal nº 810/1949, em vigor.

### **3. ADVERTÊNCIA**

3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão do cometimento de infração contratual cujo valor mínimo na Tabela de Infrações seja de 0,001% (um milésimo por cento), desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- (i) a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a aplicação da advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa no processo administrativo;
- (ii) a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;
- (iii) a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;
- (iv) não tenham sido causados danos significativos pela infração à ARTESP, ao COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, aos USUÁRIOS e/ou ao serviço prestado; e
- (v) não tenha sido verificada reincidência, conforme definição da Cláusula 38.2 do CONTRATO.

### **4. PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA**

4.1. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto na Cláusula Trigésima Oitava.

4.2. Os valores das multas serão calculados com base em percentual da RECEITA BRUTA da CONCESSIONÁRIA e de suas eventuais subsidiárias integrais, apurada pela ARTESP, no ano-calendário anterior à prática da infração que ensejou a aplicação da penalidade.

- 4.2.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não tenha operado integralmente a infraestrutura aeroportuária concedida por um ano-calendário completo quando da prática da infração, a base de cálculo do valor da multa será equivalente à média anualizada da RECEITA BRUTA da CONCESSIONÁRIA e de suas eventuais subsidiárias integrais auferida no primeiro ano-calendário da concessão.
- 4.3. Deverão ser observadas, para efeito de definição dos valores base das multas decorrentes de conduta infracional tipificada de forma específica no presente ANEXO, as tabelas A e B, conforme caso verificado.
- 4.4. Os percentuais indicados nas tabelas A e B correspondem ao valor máximo de multa a ser aplicada, podendo a multa vir a ser aplicada em valor menor, conforme o caso e respeitados os critérios definidos no CONTRATO e neste ANEXO.
- 4.5. A definição do valor base da multa decorrente de conduta infracional não especificada nas tabelas indicadas A e B será realizada mediante análise do caso concreto, buscando como referência, quando possível, os percentuais estabelecidos para a infração tipificada na Tabela de Infrações que guarde maior semelhança com a infração praticada e não tipificada, devendo ser considerados, quando aplicáveis, os seguintes critérios de ponderação:
- 4.5.1. As normas técnicas e de prestação de serviço;
  - 4.5.2. A capacidade aeroportuária indisponibilizada;
  - 4.5.3. Os danos, efetivos ou potenciais, resultantes da infração, para o serviço e para os USUÁRIOS, inclusive quanto à exposição da integridade física de pessoas a riscos;
  - 4.5.4. O número de USUÁRIOS atingidos pelo evento; e,
  - 4.5.5. As vantagens, efetivas ou potenciais, auferidas pela CONCESSIONÁRIA em virtude da infração praticada.
- 4.6. A definição dos valores base de multas aplicáveis aos casos previstos no item 4.4 decorrerá do cruzamento dos critérios descritos nos itens 4.5.1 a 4.5.4 com o critério descrito no item 4.5.5.
- 4.7. Para a definição dos valores base de multas, qualquer que seja o evento que tenha justificado a sua aplicação, a ARTESP verificará a ocorrência de circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme abaixo:

## (i) Circunstâncias atenuantes:

- a. o comparecimento espontâneo da CONCESSIONÁRIA, perante a ARTESP, para informar a ocorrência de infração ainda não identificada pela fiscalização, reconhecendo sua responsabilidade, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa: redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- b. o reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa, que reduzirá em 20% (vinte por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- c. o concurso de agentes externos para o descumprimento, que tenha influência no resultado produzido, que reduzirá em 15% (quinze por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- d. quando compatível com a natureza da infração, a execução de medidas espontâneas da CONCESSIONÁRIA, resultando na cessão da infração e recomposição das condições ofendidas, no prazo para apresentação da defesa, que reduzirá em 20% (vinte por cento) o valor base estabelecido para a multa; e
- e. inexistência de infrações, definitivamente julgadas, praticadas nos 12 (doze) meses anteriores à data do cometimento da infração em julgamento, que reduzirá em 15% (quinze por cento) o valor base estabelecido para a multa.

## (ii) Circunstâncias agravantes;

- a. a reincidência específica da CONCESSIONÁRIA no cometimento da infração nos últimos 12 (doze) meses, que elevará em 15% (quinze por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- b. a prática da infração mediante fraude ou má-fé, devendo incidir em 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- c. não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pela ARTESP, que elevará em 20% (vinte por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- d. exposição ao risco de integridade física de USUÁRIOS, que elevará em 30% (trinta por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- e. destruição de bens públicos, que elevará em 20% (vinte por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- f. a prática da infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração, que elevará em 30% (trinta por cento) o valor base estabelecido para a multa; e



- g. resultarem da infração danos irreversíveis aos bens concedidos e/ou aos USUÁRIOS: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.

4.7.1. As somas dos percentuais atribuídos às circunstâncias atenuantes e agravantes não poderão, cada uma, exceder o limite de 50% (cinquenta por cento).

4.7.2. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:

- (i) a atenuante prevista no item 4.7, (i), alínea “a” cumulativamente com a atenuante prevista no item 4.7, (i), alínea “b”, prevalecendo a primeira;
- (ii) a atenuante prevista no item 4.7, (i), alínea “d”, cumulativamente com a agravante prevista no item 4.7, (i), alínea “c”, prevalecendo a agravante;
- (iii) qualquer das atenuantes previstas no item 4.7, (i), alíneas “a”, “b” e “c” cumulativamente com alguma das agravantes previstas no item 4.7, (i), alíneas “b” ou “f”, prevalecendo a(s) agravante(s).

4.7.3. A atenuante prevista no item 4.7, (i), alínea “a”, não se aplica às infrações, qualificadas como “infrações por mora”, que decorram do descumprimento de cronogramas ou de datas objetivamente estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e nos planos previstos.

4.7.4. A eficácia das atenuantes previstas nas alíneas “a” e “b” do item 4.7, inciso (i), submete-se à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo, e a superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicionado pagamento, importará na desconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa.

4.8. O valor da infração reincidente será aumentado no caso de reincidência praticada pela CONCESSIONÁRIA, dentro do período de 03 (três) anos, conforme conceito definido na Cláusula 38.2 do CONTRATO, ainda que, à época da infração reincidente, não tenha havido condenação da primeira infração, ou mesmo instauração de processo administrativo sancionatório, com base nos seguintes percentuais:

- (i) primeira reincidência: acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da multa;
- (ii) segunda reincidência: acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa;
- (iii) terceira reincidência e seguintes: acréscimo de 100% (cem por cento) do valor da multa.

4.9. No processo de cálculo do valor base da multa aplicável às infrações descritas na Tabela B – Infrações Relacionadas a Obras e Investimentos, poderão ser considerados adimplementos parciais, desde que a parte da infraestrutura efetivamente disponibilizada se encontre apta à operação aeroportuária, tanto funcional quanto tecnicamente.

4.9.1. Na hipótese de ocorrência da situação prevista neste item, os valores indicados na tabela serão reduzidos de forma proporcional ao efetivo ganho operacional propiciado pela parte da infraestrutura entregue em comparação com o contratualmente exigido.

4.10. As multas aplicáveis às infrações de natureza continuada incidirão da data de início do descumprimento da obrigação até a data de retomada do cumprimento da obrigação, ou da data de decurso do prazo fixado, contratualmente ou por determinação da ARTESP, até a data em que seja verificado o adimplemento da obrigação ou o atendimento da determinação, sem necessidade de nova intimação para tanto.

4.10.1. Para efeito de cessação do cômputo da multa aplicável às infrações de natureza continuada, caberá à CONCESSIONÁRIA comunicar à ARTESP a retomada do cumprimento da obrigação contratual ou o atendimento da determinação fixada, apresentando provas inequívocas dos fatos alegados, mediante o encaminhamento de relatórios que contenham laudos, inclusive fotográficos, se necessário, ou por outros meios aptos à comprovação das informações apresentadas.

4.10.2. Nas infrações com multas de incidência mensal, a fração de mês será considerada como mês integral:

- (i) independentemente do número de dias, no primeiro mês em que ocorrer a infração;
- (ii) se igual ou superior a 15 (quinze) dias, nos demais meses.

## **5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

5.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no artigo 82 da Lei Estadual nº 6.544/1989, quando conduzirem à decretação da caducidade da CONCESSÃO, considerando-

se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- (i) a natureza e a gravidade da infração;
- (ii) a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- (iii) o dano resultante à ARTESP, aos bens concedidos ou aos USUÁRIOS;
- (iv) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- (v) a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- (vi) a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- (vii) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

5.2. A penalidade de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos.

5.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelos prejuízos resultantes, desde que decorrido o prazo de 2 (anos) da aplicação da sanção.

5.4. As penalidades de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA serão aplicadas tanto à CONCESSIONÁRIA como ao seu(s) acionista(s) controladore(s) que exercia(m) o CONTROLE da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito que deu origem à punição.

## 6. TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES

**Tabela A – Infrações Gerais**

REF.	DESCRIÇÃO	VALORES	INCIDÊNCIA
A - 01	Deixar de manter atualizado o inventário dos BENS REVERSÍVEIS no TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E PERMISSÃO DE USO DE ATIVOS.	0,500%	Mensal
A – 02	Não atender às disposições contratuais quanto à alienação de BENS REVERSÍVEIS.	0,075%	Por bem reversível, por mês.
A – 03	Deixar de apresentar relatório contendo as informações da CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO e da regulamentação expedida pela ANAC e pela ARTESP, e nos prazos definidos em tais atos, em especial todas as informações previstas no ANEXO 02 e no ANEXO 05, relativas a dados estatísticos de tráfego de aeronaves, passageiros e cargas processados no período, os valores arrecadados com as TARIFAS, bem como memórias de cálculo de valores devidos a título de OUTORGA VARIÁVEL.	0,100%	Mensal
A – 04	Deixar de dispor de banco de dados atualizado, em base eletrônica, apto a gerar relatório contendo as informações da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO e da regulamentação expedida pela ANAC e pela ARTESP, e nos prazos definidos em tais atos, em especial todas as informações previstas no ANEXO 02 e no ANEXO 05, relativas a dados estatísticos de tráfego de aeronaves, passageiros e cargas processados no período, bem como os valores arrecadados com as TARIFAS.	0,125%	Mensal, Por Aeroporto

A - 05	Deixar de disponibilizar e/ou de manter atualizadas, de forma acessível, em seu sítio eletrônico, para fins de livre acesso e consulta pelo público em geral, as tabelas vigentes com os valores tarifários adotados.	0,001%	Diária, Por Aeroporto
A – 06	Deixar de informar à ARTESP, ao público, às EMPRESAS AÉREAS e aos demais USUÁRIOS dos aeroportos, sempre que houver alteração das TARIFAS cobradas, o novo valor e a data de vigência com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.	0,025%	Por Evento
A - 07	Deixar de apresentar à ARTESP documentação técnica atualizada, contendo projetos <i>as built</i> , manuais, garantias e demais documentos, conforme aplicável, de todas as estruturas, equipamentos e sistemas do aeroporto.	0,050%	Mensal, Por Aeroporto
A – 08	Recusar o acesso a banco de dados, documentos, dados ou informações, quando requeridos pela ARTESP, durante auditoria ou inspeção.	0,125%	Por Evento
A – 09	Deixar de dispor de sistema de registro e tratamento das demandas relacionadas à prestação do serviço apto a gerar relatório contendo as informações sobre as manifestações recebidas, nos termos e prazos definidos no CONTRATO.	0,125%	Mensal, Por Aeroporto
A – 10	Deixar de apresentar à ARTESP os balancetes mensais de fechamento devidamente assinado por contador, conforme prazos estabelecidos no CONTRATO.	0,050%	Mensal
A – 11	Deixar de apresentar à ARTESP as demonstrações contábeis trimestrais, conforme os prazos estabelecidos no CONTRATO.	0,125%	Trimestral
A – 12	Deixar de apresentar à ARTESP ou de publicar	0,250%	Mensal

	as demonstrações financeiras anuais.		
A – 13	Deixar de fornecer à ARTESP, nos prazos estabelecidos no CONTRATO e ANEXOS, quaisquer documentos e informações pertinentes à CONCESSÃO, inclusive financiamentos, investimentos, seguros, garantias, contratos e acordos de qualquer natureza firmados com terceiros, bem como alterações nesses ao longo da CONCESSÃO.	0,005%	Diária
A – 14	Deixar de apresentar o PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e demais normas vigentes.	0,010%	Diária, Por Aeroporto
A – 15	Deixar de apresentar, em cada evento, plano contendo as ações a serem realizadas para manter o nível de serviço estabelecido e o atendimento aos requisitos de infraestrutura, nos termos do CONTRATO.	0,005%	Diária, Por Aeroporto
A – 16	Deixar de apresentar o cronograma de realização dos investimentos nos prazos e condições dispostos no CONTRATO e ANEXOS ou fixados pela ARTESP.	0,005%	Diária, Por Aeroporto
A – 17	Deixar de enviar o projeto conforme construído das instalações aeroportuárias no prazo disposto em contrato.	0,005%	Diária, Por Aeroporto
A – 18	Deixar de apresentar o PGI ou quaisquer de suas revisões, ou apresentá-lo fora do prazo, nos termos estabelecidos no PEA.	0,010%	Diária, Por Aeroporto
A – 19	Não realizar consultas às partes interessadas relevantes conforme previsto na Cláusula 9.2.3.1 do CONTRATO.	0,125%	Por Evento
A – 20	Não submeter à prévia e expressa autorização da ARTESP a prática dos atos indicados no CONTRATO como dependentes de anuência	0,500%	Por ato não informado, por mês.

	prévia da ARTESP.		
A - 21	Não informar à ARTESP, no prazo fixado no CONTRATO ou, não havendo, em até 5 (cinco) dias contados da data da consumação do ato, a prática de atos que dependem de comunicação à ARTESP.	0,500%	Por ato não informado, por mês.
A - 22	Não comparecer, após devidamente comunicado, para assinar o CONTRATO, a Ordem de Serviço da Fase – I ou os Termos Aditivos Contratuais.	0,005%	Por dia de atraso.
A - 23	Deixar de manter capital social subscrito e integralizado, nas condições e conforme o mínimo estabelecido no CONTRATO e no ANEXO 14.	1,000%	Mensal
A - 24	Reduzir o capital social da CONCESSIONÁRIA sem prévia aprovação da ARTESP.	5,000%	Por Evento
A - 25	Participar, por si ou por subsidiária integral, em outras sociedades, que não exclusivamente as subsidiárias integrais admitidas no CONTRATO e nos ANEXOS.	1,000%	Mensal
A - 26	Deixar de observar as isenções e os benefícios tarifários previstos em leis e normativos vigentes.	0,125%	Por Evento
A - 27	Realizar, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a CONCESSÃO sem a prévia e expressa anuência da ARTESP.	5,000%	Por Evento
A - 28	Celebrar acordos de acionistas no âmbito da CONCESSIONÁRIA, ou realizar quaisquer alterações posteriores sem a prévia aprovação da ARTESP.	0,250%	Por Evento
A - 29	Não manter as condições da QUALIFICAÇÃO	1,000%	Por Evento



	TÉCNICA ao longo de todo o período da CONCESSÃO.		
A – 30	Viabilizar a participação societária de EMPRESAS AÉREAS, suas controladoras, controladas ou coligadas na CONCESSIONÁRIA.	5,000%	Por Evento
A – 31	Impedir o acesso da ARTESP, a qualquer tempo, a contrato que a CONCESSIONÁRIA celebrar para formalizar a utilização de espaços no COMPLEXO AEROPORTUÁRIO.	0,125%	Mensal, Por Contrato
A – 32	Descumprir o CONTRATO, a legislação aplicável e demais regulamentações aeroportuárias vigentes quanto ao acesso de terceiros à área do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO para prestação de serviços geradores de RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS, inclusive quando da prestação direta desses serviços pela CONCESSIONÁRIA.	0,250%	Mensal
A – 33	Celebrar contrato com PARTE RELACIONADA, para explorar atividades econômicas que gerem RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS sem observar os termos contratuais aplicáveis.	0,500%	Mensal
A – 34	Celebrar contrato que ultrapasse o PRAZO DA CONCESSÃO sem prévia anuência, nos termos do CONTRATO.	1,000%	Mensal
A – 35	Antecipar as parcelas que extrapolem o PRAZO DA CONCESSÃO em caso de contratos que envolvam a utilização de espaços no COMPLEXO AEROPORTUÁRIO devidamente autorizados a ultrapassar o PRAZO DA CONCESSÃO.	1,000%	Mensal
A – 36	Não efetuar os pagamentos relativos à OUTORGA VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO nas datas e prazos previstos no CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	0,250%	Mensal



A – 37	Efetuar pagamentos relativos à OUTORGA VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO a menor ou com aplicação de percentuais inferiores aos previstos no CONTRATO, ou ainda com base de cálculo inferior à RECEITA BRUTA.	0,250%	Mensal
A – 38	Realizar cobranças em desacordo com o ANEXO 05.	0,025%	Por Evento
A – 39	Estabelecer tarificação baseada em critérios não objetivos ou discriminatórios.	0,125%	Por Evento
A – 40	Não observar o TETO TARIFÁRIO estabelecido no ANEXO 05.	0,125%	Por Evento
A – 41	Constituir como garantia dos financiamentos contratados, os direitos emergentes da exploração do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, sem prévia e expressa autorização da ARTESP.	1,000%	Por garantia constituída, por mês.
A – 42	Constituir como garantia dos financiamentos contratados ou como contragarantia de operações vinculadas ao cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO as ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, sem prévia e expressa autorização da ARTESP.	1,000%	Por garantia constituída, por mês.
A – 43	Deixar de manter em vigor a GARANTIA DE EXECUÇÃO nos valores e prazos estabelecidos no CONTRATO.	1,000%	Diária, Por Contrato
A - 44	Deixar de contratar ou manter em vigor, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, as apólices de seguro, com vigência mínima de 12 (doze) meses, que garantam a continuidade e a eficácia das operações realizadas no Aeroporto, que sejam suficientes para as coberturas previstas no CONTRATO.	0,500%	Diária

A - 45	Não alcançar o padrão estabelecido para um mesmo INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO por mais de 3 (três) meses consecutivos ou alternados em um prazo de 12 (doze) meses.	0,015%	Mensal, a partir do quarto mês, Por Indicador
A - 46	Praticar ato que dê causa à caducidade da CONCESSÃO, observadas as condições previstas no item 5 deste ANEXO.	25%	Por Evento
A - 47	Não atender às solicitações da ARTESP realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, no prazo estipulado na comunicação, quando o dispositivo contratual não o estipule.	0,025%	Por Evento
A - 48	Não realizar as comunicações obrigatórias as quais se comprometeu nos prazos estipulados no CONTRATO.	0,025%	Por Evento

**Tabela B – Infrações Relacionadas a Obras e Investimentos**

REF.	DESCRIÇÃO	VALORES	INCIDÊNCIA
B-01	Deixar de cumprir a obrigação de manter o atendimento integral ao nível de serviço, de acordo com o PEA e o PGI, após o início da Fase II.	5,000%	Por Evento
B-02	Deixar de atender às Especificações Mínimas da Infraestrutura Aeroportuária, de acordo com o PEA e o PGI.	0,500%	Mensal, Por Aeroporto
B-03	Deixar de executar os investimentos, ações e serviços de sua responsabilidade, de acordo com o PEA e o PGI.	1,000%	Mensal, Por Aeroporto

B-04	Deixar de adequar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, conforme os termos estabelecidos no PEA e no PGI.	1,250%	Mensal, Por Aeroporto
------	--	--------	-----------------------